

das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, e do despacho n.º 44/03/A, do CEMFA, de 12 de Novembro, torna-se público que se encontra aberto, a partir da data de publicação deste aviso e durante 10 dias, concurso para admissão de licenciados de ambos os sexos para as licenciaturas e vagas a seguir discriminadas, com destino ao curso de formação de oficiais em regime de contrato (CFO/RC) para a especialidade de Recursos Humanos e Logística, para a incorporação de 30 de Outubro de 2006:

Especialidade	Licenciaturas exigidas	Vagas 30 de Outubro de 2006
Recursos Humanos e Logística — Ciências Sociais e Humanas.	1.ª prioridade — licenciatura na área das Ciências Sociais e Humanas com experiência de animador de UNIVA. 2.ª prioridade — licenciatura em Sociologia do Trabalho ou Gestão de Recursos Humanos.	1
Recursos Humanos e Logística — Ciências da Informação.	Licenciatura em Ciências da Informação e Documentação ou História.	1
Recursos Humanos e Logística — Relações Públicas, Publicidade e Marketing.	Licenciatura em Relações Públicas, Relações Públicas e Publicidade, Marketing, Ciências da Comunicação e Comunicação Empresarial.	1
Recursos Humanos e Logística — Design Gráfico.	Licenciatura em Design Gráfico, Design de Comunicação, Design Multimédia, Design Gráfico e de Publicidade e Design e Produção Gráfica.	1
Recursos Humanos e Logística Inglês.	Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas — com variante de Inglês (via de ensino). Licenciatura em Ensino de Português e Inglês.	1
Recursos Humanos e Logística — Veterinária.	Licenciatura em Medicina Veterinária.	1

2 — Pedidos de informação — para informações sobre o processamento dos concursos, solicitação de fichas de candidatura, boletins informativos e entrega do processo de candidatura, contactar ou enviar para:

Centro de Recrutamento da Força Aérea, Azinhaga dos Ulmeiros, 1649-020 Lisboa [telefone: 800206449 (chamada grátis); fax: 217519607];

Centro de Recrutamento da Delegação Norte, Praça do Dr. Francisco Sá Carneiro, 219, 1.º, direito, 4200-313 Porto (telefone: 225097984; e-mail: recrutamento.fap@emfa.pt; homepage: <http://www.ForçaAérea.pt>).

4 de Setembro de 2006. — O Chefe do Centro, *Luís Vasconcelos Cohen*, COR/PA.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 19 024/2006

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de Agosto, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 18.º e no n.º 3 do artigo 19.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de

15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e sob proposta do conselheiro Procurador-Geral da República, nomeio, em comissão de serviço, para o cargo de secretário-adjunto da Procuradoria-Geral da República a licenciada Maria Fernanda Farinha Lopes, assessora principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social, com efeitos a partir de 5 de Setembro.

11 de Agosto de 2006. — Pelo Ministro da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*, Secretário de Estado Adjunto e da Justiça.

ANEXO

Nota curricular

Maria Fernanda Farinha Lopes, nascida em 19 de Março de 1949, no concelho de Sertã, assessora principal da carreira técnica superior do quadro do IRS.

1 — Habilitações académicas e profissionais:

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito de Lisboa; Licenciatura em Serviço Social, pelo ISSSL; Curso de pós-graduação no âmbito da Função Pessoal, 1978; Curso para dirigentes da Administração Pública, INA, 1985; Curso de formação pedagógica de formadores, INA, 2001; e Curso para altos dirigentes do Ministério da Justiça, INA, Novembro de 2004 a Janeiro de 2005.

2 — Cargos e funções exercidos no Ministério da Justiça, desde 1982:

Subdirectora-geral dos Serviços Prisionais de 12 de Novembro de 2002 a 31 de Julho de 2006;

Secretária-geral-adjunta do Ministério da Justiça, de 1 de Março de 1997 a 26 de Julho de 2000;

Vice-presidente do Instituto de Reinserção Social, de 27 de Agosto a 28 de Fevereiro de 1997, período em que foi também vogal da comissão instaladora, delegada regional no Porto e em Lisboa e membro do conselho de gestão;

Assessora principal requisitada no CEJ de Setembro de 2000 a Novembro de 2002.

3 — Actividade desenvolvida:

Concebeu, programou e dirigiu a execução de diversos planos, programas e acções de recrutamento, selecção e formação inicial e permanente, interna e externa, do pessoal de carreiras comuns e específicas, dos quadros dos serviços de que foi dirigente;

Participou na preparação de vários projectos de (re)estruturação orgânica de serviços e quadros de pessoal e na elaboração de projectos de outros diplomas legais;

Foi membro do comité do Conselho da Europa para a elaboração da recomendação relativa ao recrutamento, selecção e formação do pessoal penitenciário — Rec (97) 12;

É membro do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, como representante do Ministério da Justiça, desde Junho de 2002;

Em representação do Ministério da Justiça, coordenou a comissão de juristas criada em 1999 no âmbito do Ano Internacional das Pessoas Idosas, cujo relatório, de Maio de 2000, contém propostas legislativas e outras para a alteração do regime de protecção jurídica das pessoas maiores em situação de incapacidade;

Foi membro do Conselho Nacional de Reabilitação, em representação do Ministério da Justiça, tendo promovido a celebração, a regulamentação e a avaliação anual do acordo de cooperação entre o MJ e as organizações de e para pessoas surdas, que garante a intervenção de intérprete de língua gestual na comunicação das pessoas surdas com os órgãos e serviços da justiça;

Organizou, com a participação de magistrados e de dirigentes dos vários serviços e organismos do Ministério da Justiça, o curso de formação específica para os intérpretes de língua gestual com intervenção na Justiça, integrou diversos grupos de trabalho e comissões interministeriais, em representação do Ministério da Justiça e dos organismos em que era dirigente;

Participou na organização e realização de diversos seminários, conferências e reuniões internacionais, em Portugal e no estrangeiro;

Frequentou diversas acções de formação, no INA, no CEJ e outras entidades, designadamente nas áreas de gestão de pessoal, formação, gestão e controlo orçamental, organização e qualidade dos serviços públicos, feitura de leis, direito administrativo, direito penal e processual penal, direito de menores e jovens adultos, prevenção criminal, reinserção social, toxicod dependência (in)segurança urbana, protecção à vítima de crimes, mediação e voluntariado.

4 — Outras actividades:

Foi monitora de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 1978 a 1980;

De Abril de 1979 a Agosto de 1982, exerceu funções de técnico superior na então Direcção-Geral da Função Pública;

Até 1979, e durante 10 anos, exerceu funções técnicas numa câmara municipal, numa empresa privada e numa instituição de solidariedade social;

É vogal da direcção da APAV, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, de que é associada fundadora.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 19 025/2006

Por meu despacho de 11 de Abril de 2006, no exercício de competência delegada, foi Cláudia Rita Poeta Dores Coelho, assistente administrativa, escalão 2, índice 210, do quadro de pessoal do Gabinete para as Relações Internacionais Europeias e de Coordenação, transferida, com a mesma categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2006.

20 de Junho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 19 026/2006

Por meu despacho de 15 de Março de 2006, no exercício de competência delegada, foi Bruno Miguel Matias Valentim, guarda de nomeação provisória, da carreira do corpo da guarda prisional do quadro de pessoal de vigilância desta Direcção-Geral, escalão 1, índice 124, nomeado definitivamente no lugar com efeitos a 3 de Dezembro de 2004.

7 de Julho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 19 027/2006

Por meu despacho de 18 de Abril de 2006, no exercício de competência delegada, foi Ana Rosa Arruda Cone Aguiar, enfermeira graduada, escalão 3, índice 155, do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E. — Hospital de Santa Cruz, S. A., transferida para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com a mesma categoria, escalão e índice, com efeitos a partir de 3 de Julho de 2006.

10 de Julho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 19 028/2006

Por meu despacho de 10 de Maio de 2006, no exercício de competência delegada, foi Maria de Lurdes David Rodrigues Dâmaso Inês, assistente administrativa, escalão 1, índice 199, do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Setúbal, E. P. E., transferida para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com a mesma categoria, escalão e índice, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2006.

10 de Julho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 19 029/2006

Por meu despacho de 18 de Abril de 2006, no exercício de competência delegada, foi João Carlos Ferreira de Barros, assistente administrativo, escalão 2, índice 209, do quadro de pessoal do Hospital da Senhora da Oliveira — Guimarães, E. P. E., transferido para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com a mesma categoria, escalão e índice, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2006.

10 de Julho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 19 030/2006

Por meu despacho de 28 de Junho de 2006, no exercício de competência delegada, foi Rui Manuel de Oliveira, assistente administrativo, escalão 2, índice 209, do quadro de pessoal do Hospital de Lisboa Ocidental, E. P. E., Hospital de Egas Moniz, transferido para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com a mesma categoria, escalão e índice, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2006.

10 de Julho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 19 031/2006

Por meu despacho de 29 de Junho de 2006, no exercício de competência delegada, foi Maria de Lurdes Martins Tavares dos Santos, chefe de secção, escalão 3, índice 370, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, transferida para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com a mesma categoria, escalão e índice, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2006.

10 de Julho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 19 032/2006

Por meu despacho de 27 de Julho de 2006, no exercício de competência delegada, foi Maria João do Souto Botelho de Sousa do Rosário, guarda de nomeação provisória, da carreira do corpo da guarda prisional do quadro de pessoal de vigilância desta Direcção-Geral, escalão 1, índice 124, nomeada definitivamente no lugar com efeitos a 29 de Novembro de 2004.

31 de Julho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Instituto da Água

Despacho n.º 19 033/2006

Por despacho do presidente do Instituto da Água de 14 de Julho de 2006, foi a licenciada Andreia Libório Franco, do quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, transferida para o quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral dos Recursos Naturais, com a categoria de técnica superior principal, da carreira de técnico superior, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, com efeitos à data de 4 de Setembro de 2006.

25 de Junho de 2006. — Pelo Presidente, (*Assinatura ilegível*).

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P.

Deliberação (extracto) n.º 1233/2006

Por deliberação de 5 de Julho de 2006 do conselho directivo do INETI, foi Sílvia Osório Martins da Fonseca da Nave, assistente de investigação, com contrato administrativo de provimento no ex-IGM, nomeada definitivamente investigadora auxiliar em lugar supranumerário do mesmo quadro de pessoal, aprovado pela Portaria n.º 1326/2003, de 31 de Dezembro, escalão 1, índice 195, na sequência da obtenção do grau de doutor.)

Esta nomeação produz efeitos a 4 de Outubro de 2005, data a partir da qual se considera rescindido o referido contrato administrativo de provimento. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Setembro de 2006. — O Director de Serviços, *Amadeu Silvestre*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 1309/2006

Pelo Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, confere-se aos conselhos cinegéticos e da conservação da fauna municipais um importante papel no âmbito da definição da política cinegética do município.